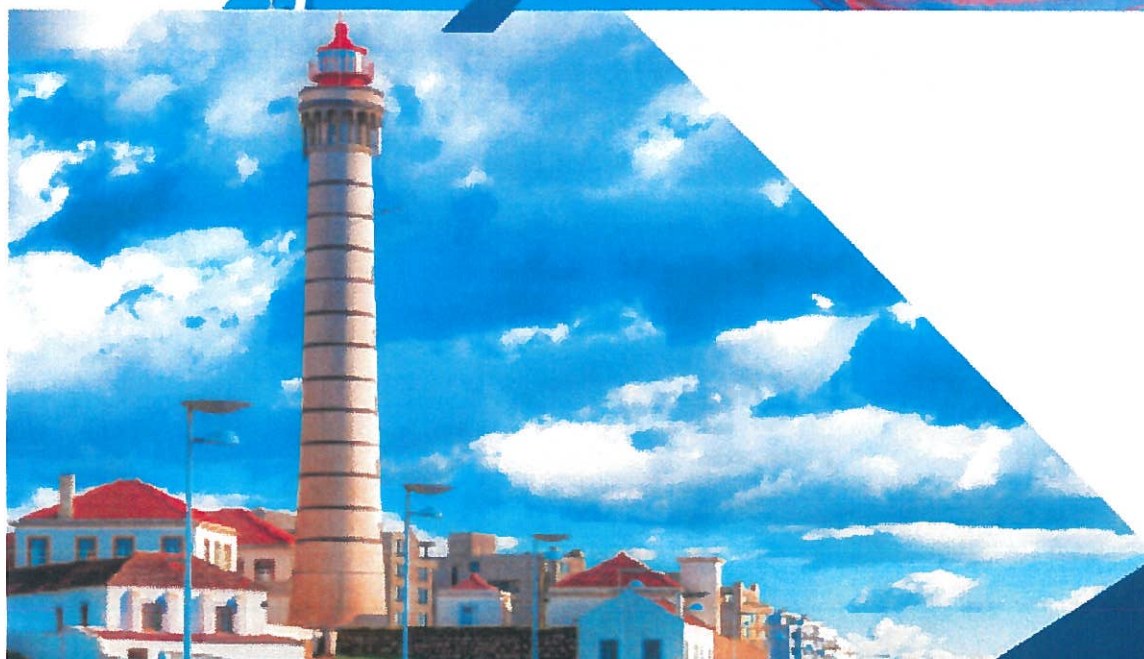


REGIMENTO

MANDATO
2017-2021



MATOSINHOS - LEÇA DA PALMEIRA
Junta de Freguesia

CAPITULO I
DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

CAPÍTULO II
DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

CAPITULO III
DA MESA DA ASSEMBLEIA

CAPITULO IV
DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA

CAPITULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Artigo 1º

Natureza

A Assembleia de Freguesia é o órgão deliberativo da União das Freguesias de Matosinhos e de Leça da Palmeira e dispõe de atribuições próprias na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, conferidas pela Constituição, pelas leis e pelos regulamentos.

Artigo 2º

Sede

A Assembleia de Freguesia tem a sua sede na Rua Augusto Gomes, n.º 313, 4450-053 Matosinhos.

Artigo 3º

Lugar das Sessões

As sessões terão lugar na sede, no edifício sito na Avenida Fernando Aroso, n.º 371, 4450-665 Leça da Palmeira ou noutro lugar público a designar.

Artigo 4º

Competências da Assembleia de Freguesia

1. Compete à Assembleia de Freguesia, no âmbito das suas funções de apreciação e fiscalização, sob proposta da Junta de Freguesia:
 - a) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as suas revisões;
 - b) Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
 - c) Autorizar a Junta de Freguesia a contrair empréstimos e a proceder a aberturas de crédito;
 - d) Aprovar as taxas e os preços da freguesia e fixar o respetivo valor;
 - e) Autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de valor superior ao limite fixado para a Junta de Freguesia e definir as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública;
 - f) Aprovar os regulamentos externos;
 - g) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação;
 - h) Autorizar a celebração de protocolos de delegação de tarefas administrativas entre a Junta de Freguesia e as

Organizações de Moradores;

- i) Autorizar a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da Freguesia, designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da Freguesia e se salvguarde a sua utilização pela comunidade local;
- j) Autorizar a Freguesia a estabelecer formas de cooperação com entidades públicas ou privadas;
- k) Autorizar a Freguesia a constituir associações de freguesias de fins específicos;
- l) Autorizar a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza às instituições dedicadas ao desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas legalmente constituídas pelos trabalhadores da Freguesia;
- m) Aprovar o mapa de pessoal dos serviços da Freguesia;
- n) Aprovar a criação e a reorganização dos serviços da Freguesia;
- o) Regulamentar a apascentação de gado, na respetiva área geográfica;
- p) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras da Freguesia e das suas localidades e povoações e proceder à sua publicação no *Diário da República*;
- q) Verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro ou a meio tempo do Presidente da Junta de Freguesia;
- r) Autorizar a celebração de protocolos de geminação, amizade, cooperação ou parceria entre freguesias com afinidades, quer ao nível das suas denominações, quer quanto ao orago da Freguesia ou a outras características de índole cultural, económica, histórica ou geográfica.

2. Compete ainda à Assembleia de Freguesia:

- a) Eleger, por voto secreto, os vogais da Junta de Freguesia;
- b) Eleger, por voto secreto, o Presidente e os Secretários da Mesa;
- c) Elaborar e aprovar o seu Regimento;
- d) Deliberar sobre recursos interpostos da marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- e) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições da Freguesia e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Junta de Freguesia;
- f) Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para a Freguesia e sobre a execução de deliberações anteriores;
- g) Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;
- h) Estabelecer as normas gerais de administração do património da Freguesia ou sob sua jurisdição;
- i) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público da Freguesia;
- j) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços da Freguesia;
- k) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia, a qual deve ser enviada ao Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia com a antecedência de cinco dias sobre a data de início da sessão;
- l) Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
- m) Aprovar referendos locais;
- n) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da Junta de Freguesia ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;

- o) Acompanhar e fiscalizar a atividade da Junta de Freguesia;
 - p) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições da Freguesia;
 - q) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos com interesse para a Freguesia, por sua iniciativa ou após solicitação da Junta de Freguesia.
3. A acção de fiscalização mencionada na alínea o) do n.º 2 consiste numa apreciação casuística, posterior à respetiva prática, dos actos da Junta de Freguesia.
4. Não podem ser alteradas, mas apenas aprovadas ou rejeitadas pela Assembleia de Freguesia, as propostas apresentadas pela Junta referidas nas alíneas a), f) e m) do n.º 1, nem os documentos referidos na al. b) do mesmo número, devendo a rejeição ser devidamente fundamentada, sem prejuízo de a Junta vir a acolher, em nova proposta, no todo ou em parte, as sugestões feitas pela Assembleia.
5. As deliberações previstas nas alíneas q) do n.º 1 e q) do n.º 2 são só eficazes quando tomadas por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, não podendo ser apresentada nova proposta sobre a mesma matéria no ano em que a deliberação tenha ocorrido, quando a mesma tenha sido recusada ou não tenha reunido condições de eficácia.
6. A Assembleia de Freguesia, no exercício das respetivas competências, é apoiada administrativamente, sempre que necessário, por funcionários dos serviços da autarquia, se existirem, designados pelo respetivo órgão executivo.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Artigo 5º

Duração e natureza do mandato

- 1. Os membros da Assembleia de Freguesia são titulares de um único mandato.
- 2. O mandato dos membros da Assembleia de Freguesia é de quatro anos.
- 3. O mandato dos membros da Assembleia inicia-se com a sessão destinada especialmente à verificação de poderes e cessa com igual sessão, posterior à eleição subsequente, sem prejuízo de cessão por outras causas previstas na lei.

Artigo 6º

Verificação de poderes

- 1. Os poderes dos membros da Assembleia de freguesia são verificados pelo Presidente da Assembleia cessante, ou na sua falta, pelo cidadão melhor posicionado na lista vencedora.
- 2. A verificação dos poderes consiste na verificação da identidade e legitimidade dos eleitos.

Artigo 7º

Renúncia ao mandato

Os membros da Assembleia de Freguesia podem renunciar ao mandato mediante declaração escrita e dirigida ao

Presidente da Assembleia, o qual deverá tornar pública a ocorrência por editais nos locais de estilo e providenciará pela imediata substituição do renunciante.

Artigo 8º

Perda de mandato

1. Perdem o mandato os membros da Assembleia de Freguesia que:
 - a) Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não detectada previamente à eleição;
 - b) Sem motivo justificativo, deixem de comparecer a três sessões ou seis reuniões seguidas, ou a seis sessões ou doze reuniões interpoladas;
 - c) Após a eleição se inscrevam em partidos diversos daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio eleitoral;
 - d) No exercício das suas funções, e por causa delas, intervenham em procedimento administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado, relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem;
 - e) Pratiquem ou sejam responsáveis pela prática de actos que sejam fundamento da dissolução do órgão.
2. A decisão de perda do mandato é da competência dos tribunais administrativos, e podem ser interpostas pelo Ministério Público, por qualquer membro da Assembleia de Freguesia, ou por quem tenha interesse directo em demandar, o qual se exprime pela utilidade derivada da procedência da acção.

Artigo 9º

Suspensão do mandato

1. O mandato dos Membros da Assembleia de Freguesia será suspenso, designadamente:
 - a) Pelo deferimento do requerimento apresentado pelo próprio para substituição temporária por motivo relevante, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia e apreciado pelo plenário, na reunião imediata à sua apresentação;
 - b) Pela pendência de procedimento criminal que determine a suspensão.
2. A suspensão prevista na al. a) do n.º 1, que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
3. Nos casos previstos na al. b) do n.º 1, a suspensão vigorará pelo período determinado na decisão judicial.
4. Por motivo relevante entende-se nomeadamente:
 - a) Doença comprovada;
 - b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
 - c) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a 30 dias.
5. No caso da alínea a) do n.º 1 a suspensão do mandato cessa pelo decurso do período respetivo ou pelo regresso

antecipado do membro da Assembleia, devidamente comunicado pelo próprio ao Presidente da Mesa.

6. No decurso da suspensão, o membro da Assembleia será substituído nos termos estipulados no art.º 10.º do presente Regimento.
7. Logo que o membro da Assembleia retome o exercício do seu mandato, cessam automaticamente, nessa data, todos os poderes de quem o tenha substituído.

Artigo 10º **Substituição por período inferior a 30 dias**

1. Os membros da Assembleia podem fazer-se substituir nos casos de ausência por períodos até 30 dias.
2. A substituição é efetuada nos termos previstos na Lei e no Regimento.

Artigo 11º **Preenchimento de vagas**

1. As vagas ocorridas na Assembleia de Freguesia e respeitantes a membros eleitos diretamente são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.
2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao candidato imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

Artigo 12º **Deveres dos membros da Assembleia**

Constituem deveres dos membros da Assembleia:

- a) Comparecer às sessões da Assembleia;
- b) Desempenhar os cargos da Assembleia e as funções para que sejam eleitos ou designados;
- c) Participar nas votações;
- d) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros;
- e) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regimento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa da Assembleia;
- f) Contribuir, pela sua diligência, para a eficácia e prestígio dos trabalhos da Assembleia de Freguesia e, em geral, para a observância da Constituição, das leis e regulamentos;
- g) Manter um contacto estreito com as populações, organizações populares de base territorial e coletividades da área da Freguesia;
- h) Assinar o livro de presenças em cada sessão ou reunião.

Artigo 13º

Direitos dos membros da Assembleia

Constituem poderes dos membros da Assembleia, a exercer nos termos da lei e deste Regimento:

- a) Apresentar propostas, recomendações, protestos, contra-protestos, moções, votos de louvor ou censura. As propostas, recomendações e moções devem dar entrada nos serviços da autarquia com uma antecedência mínima de 48 horas antes de cada sessão ordinária, devendo ser distribuídos aos representantes de todas as bancadas com uma antecedência mínima de 24 horas.
- b) Acompanhar e fiscalizar a atividade da Junta de Freguesia, sem prejudicar o exercício normal da sua competência;
- c) Participar nas discussões e votações;
- d) Propor a constituição de grupos de trabalho e/ou comissões, necessárias ao exercício das suas atribuições;
- e) Requerer elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato;
- f) Fazer requerimentos;
- g) Propor alterações ao Regimento;
- h) Eleger e ser eleito para a Mesa da Assembleia e para a Junta de Freguesia;
- i) Eleger e ser eleito para grupos de trabalho e comissões;
- j) Propor delegações de competência para tarefas administrativas, que não envolvam o exercício de poderes de autoridade nas organizações populares de base territorial;
- k) Recorrer para a Assembleia de Freguesia das deliberações da Mesa e do Presidente;
- l) Pedir escusa do desempenho de cargos para que sejam designados e para os quais não se sintam habilitados;
- m) Os membros da Assembleia têm direito a cartão especial de identificação, que lhes confere o direito à livre circulação em lugares públicos de acesso condicionado na área da sua autarquia, quando necessário ao efetivo exercício das respetivas funções autárquicas.

Artigo 14º

Justificação de Faltas

- 1. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à Mesa da Assembleia, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão em que a falta se tenha verificado.
- 2. A decisão será comunicada ao interessado pessoalmente ou por via postal.

CAPÍTULO III

DA MESA DA ASSEMBLEIA

Artigo 15º

Composição da Mesa

- 1. A Mesa da Assembleia é composta pelo Presidente, um Primeiro e um Segundo Secretários e é eleita pela Assembleia de Freguesia de entre os seus membros.

2. O Presidente da Mesa é o Presidente da Assembleia de Freguesia.
3. O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Primeiro Secretário e este pelo Segundo Secretário.
4. Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa, a Assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para a integrar.

Artigo 16º **Mandato e Destituição da Mesa**

A Mesa será eleita pelo período do mandato, podendo os seus membros ser destituídos em qualquer altura por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia.

Artigo 17º **Competência da Mesa da Assembleia de Freguesia**

1. Compete à Mesa da Assembleia de Freguesia:
 - a) Relatar e dar parecer sobre a verificação de poderes dos membros da Assembleia;
 - b) Proceder à marcação de faltas dos Membros da Assembleia de Freguesia e apreciar a justificação das mesmas;
 - c) Decidir as questões sobre interpretação e integração de lacunas do Regimento;
 - d) Encaminhar, em conformidade com o Regimento, as iniciativas dos membros da Assembleia e da Junta de Freguesia;
 - e) Comunicar à Assembleia de Freguesia as decisões judiciais relativas à perda de mandato de qualquer membro;
 - f) Dar conhecimento à Assembleia de Freguesia do expediente relativo aos assuntos relevantes;
 - g) Deliberar sobre a existência de um período de intervenção aberto ao público;
 - h) Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos pela Assembleia de Freguesia.
2. Das deliberações da Mesa cabe recurso para o plenário da Assembleia de Freguesia.

Artigo 18º **Competência do Presidente**

Compete ao Presidente, quanto aos trabalhos da Assembleia de Freguesia:

- a) Representar a Assembleia, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
- b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias nos termos da lei e do presente Regimento;
- c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
- d) Presidir às sessões, manter a sua disciplina, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento;
- e) Conceder a palavra e assegurar a ordem dos trabalhos;
- f) Assegurar o cumprimento das Leis e a regularidade das deliberações;
- g) Suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, mediante

decisão fundamentada, a incluir na acta da reunião;

- h) Comunicar à Junta as faltas do seu Presidente ou do substituto legal às reuniões da Assembleia de Freguesia;
- i) Participar ao representante do Ministério Público competente as faltas injustificadas dos membros da Assembleia e da Junta, quando em número relevante para efeitos legais;
- j) Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por Lei, pelo Regimento ou pela Assembleia.

Artigo 19º

Competência dos Secretários

Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções, e nomeadamente:

- a) Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como verificar em qualquer momento o quorum e registar as votações;
- b) Ordenar a matéria a submeter à votação;
- c) Organizar as inscrições dos membros da Assembleia que pretendam usar da palavra, bem como do público presente, no período a ele destinado;
- d) Assinar, em caso de delegação do Presidente, a correspondência expedida em nome da Assembleia;
- e) Servir de escrutinadores e assegurar o expediente;
- f) Elaborar as actas, no caso de não existir funcionário da autarquia designado para o efeito.

CAPITULO IV

DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA

Artigo 20º

Sessões Ordinárias

- 1. A Assembleia de Freguesia reúne em quatro sessões ordinárias anuais, em Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, convocadas com uma antecedência mínima de oito dias por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo.
- 2. A notificação individual por protocolo poderá ser realizada por correio eletrónico, desde que expressamente autorizada pelo membro da Assembleia e mediante recibo eletrónico da sua receção.
- 3. Na ausência de receção de recibo eletrónico até 72 horas antes da realização da sessão, será enviada a convocatória e respetiva documentação por protocolo.
- 4. A apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na primeira sessão e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na quarta sessão, salvo o disposto no número seguinte.
- 5. A aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano imediato ao da realização de eleições intercalares nos meses de Novembro ou Dezembro tem lugar, em sessão ordinária ou extraordinária da Assembleia que resultar do ato eleitoral, até ao final do mês de Abril do referido ano.

Artigo 21º

Sessões Extraordinárias

1. A Assembleia de Freguesia reúne em sessão extraordinária por iniciativa da mesa ou após requerimento:
 - a) Do presidente da Junta de Freguesia, em cumprimento de deliberação desta;
 - b) De um terço dos seus membros;
 - c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral da Freguesia equivalente a 50 vezes o número de elementos que compõem a Assembleia de Freguesia.
2. O Presidente da Assembleia de Freguesia, no prazo de cinco dias após a iniciativa da Mesa ou a receção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo, convoca a sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia.
3. A notificação individual por protocolo poderá ser realizada por correio eletrónico, desde que expressamente autorizada pelo membro da Assembleia e mediante recibo eletrónico da sua receção.
4. Na ausência de receção de recibo eletrónico até 72 horas antes da realização da sessão, será enviada a convocatória e respetiva documentação por protocolo.
5. A sessão extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de 3 dias e máximo de 10 dias após a sua convocação.
6. Quando o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia não convoque a sessão extraordinária requerida, podem os requerentes convocá-la diretamente, observando, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 2 e 5 e promovendo a respetiva publicitação nos locais habituais.
7. Têm o direito de participar, sem direito de voto, nas sessões extraordinárias, convocadas nos termos da alínea c) do n.º 1, dois representantes dos requerentes, os quais disporão de um período de meia hora, no início dos trabalhos da Assembleia para nela intervir.
8. Os representantes mencionados no número anterior podem formular sugestões ou propostas, as quais só são votadas pela Assembleia de Freguesia se esta assim o deliberar.
9. Os requerimentos a que se reportam as alíneas c) do n.º 1, são acompanhados de certidões comprovativas da qualidade de cidadão recenseado na área da Freguesia, que serão para o efeito passadas, no prazo de oito dias, pela comissão recenseadora e estão isentas de quaisquer taxas, emolumentos e do imposto do selo.

Artigo 22º

Convocação ilegal de sessões

A ilegalidade resultante da inobservância das disposições sobre a convocação de sessões só se considera sanada quando todos os membros da Assembleia compareçam e não suscitem oposição à sua realização.

Artigo 23º

Publicidade

1. As sessões da Assembleia são públicas.
2. Para o efeito, as convocatórias deverão ser anunciadas nos órgãos de comunicação social locais, afixadas em locais apropriados e publicadas no site da Junta de Freguesia, de forma a promover o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data das mesmas.
3. A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas, sob pena de condenação em multa, de € 150 a € 750, para cuja aplicação é competente o juiz da comarca, após participação do Presidente da Assembleia.

Artigo 24º

Duração das Sessões

As sessões da Assembleia de Freguesia não podem exceder a duração de dois dias ou de um dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia delibere o seu prolongamento até ao dobro do tempo atrás referido.

Artigo 25º

Interrupções

As sessões só podem ser interrompidas por decisão do Presidente da Assembleia, e nomeadamente, por motivos de:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimentos da ordem na sala;
- c) Falta de quorum.

Artigo 26º

Quorum

1. A Assembleia de Freguesia só pode reunir e deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.
2. Quando a Assembleia não possa reunir por falta de quorum, o Presidente designa outro dia para nova sessão, que tem a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos previstos neste Regimento.
3. Das sessões canceladas por falta de quorum é elaborada acta onde se registam as presenças e ausências dos respetivos membros, dando estas lugar à marcação de falta.

Artigo 27º
Participação da Junta de Freguesia na Assembleia de Freguesia

1. A Junta de Freguesia faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da Assembleia pelo Presidente, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.
2. Em caso de justo impedimento, o Presidente da Junta pode fazer-se substituir pelo seu substituto legal.
3. Os Vogais da Junta de Freguesia devem assistir às sessões da Assembleia de Freguesia, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Junta, ou do seu substituto.
4. Os Vogais da Junta de Freguesia podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra.

Artigo 28º
Intervenção do Público

1. No início das sessões da Assembleia poderá decorrer um período, de uma hora, para intervenção e esclarecimento ao público.
2. Na abertura dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia recebe, por uma única vez, as inscrições dos presentes que queiram exercer o direito de participar, e que se identificarão nesse acto.
3. Cada interveniente, no número máximo de doze por sessão, poderá usar da palavra por uma só vez e por um período de tempo não superior a cinco minutos.
4. Terminadas as intervenções previstas no número anterior, o Presidente da Mesa ou o Presidente da Junta poderão, caso se lhes afigure oportuno, dar resposta às questões colocadas.

Artigo 29º
Período de antes da ordem do dia

Em cada sessão é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a Freguesia.

Artigo 30º
Ordem do Dia

1. O período da ordem do dia será destinado exclusivamente à matéria constante da convocatória.

2. A ordem do dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro da Assembleia, desde que sejam da competência desta e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:
 - a) Cinco dias úteis sobre a data da sessão, no caso das sessões ordinárias;
 - b) Oito dias úteis sobre a data da sessão, no caso das sessões extraordinárias.
3. A ordem do dia é entregue a todos os membros com antecedência sobre a data do início da reunião de, pelo menos, dois dias úteis, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.
4. O tempo atribuído a cada ponto da ordem do dia não pode exceder 60 minutos.
5. O tempo destinado à ordem do dia poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos desde que a Assembleia o legitime.

Artigo 31º **Uso da palavra**

O uso da palavra é concedido pelo Presidente da Assembleia de acordo com os seguintes princípios:

1. Tendo em conta a actual composição da Assembleia de Freguesia, a distribuição de tempos durante este mandato é a seguinte:

PS (Partido Socialista)	16 minutos;
PSD (Partido Social Democrata)	7 minutos;
Narciso Miranda – Por Matosinhos	7 minutos;
António Parada – Sim	5 minutos;
CDU (Coligação Democrática Unitária PCP/PEV)	5 minutos;
Bloco de Esquerda	5 minutos;
Deputado Independente	5 minutos;
Deputado Independente	5 minutos;
Deputado Independente	5 minutos;
2. Quando se trate de discussão do Plano de Actividades e Orçamento e do Relatório e Conta de Gerência os tempos previstos no n.º 1 serão duplicados.
3. Sempre que a Mesa da Assembleia de Freguesia ou o Executivo da Junta de Freguesia convoquem os líderes dos partidos ou dos agrupamentos para reuniões, os deputados com o estatuto de independente sê-lo-ão também.
4. Sempre que um Deputado, eleito por um partido ou organização, passar ao estatuto de independente o tempo a que tem direito é calculado proporcionalmente, tendo em consideração a duração inicial atribuída ao partido ou organização a que pertencia, o eleito, na data da aprovação deste Regimento.
5. Aos membros da Junta:
 - a) Para intervir nos debates, no período antes da ordem de trabalhos, não podendo exceder 30 minutos;

- b) Para apresentar os pontos da ordem de trabalhos o Presidente da Junta dispõe de 20 minutos para cada ponto;
 - c) Para apresentação do Plano de Actividades e Orçamento ou do Relatório e Conta de Gerência, a intervenção do Presidente da Junta não deverá exceder 60 minutos.
6. Os membros da Mesa que usarem da palavra reassumirão as suas funções imediatamente a seguir à sua intervenção.
 7. No uso da palavra, não serão permitidas interrupções, salvo com autorização do orador e do Presidente da Mesa.
 8. O Presidente advertirá o orador quando este se afaste do assunto em discussão ou as suas palavras sejam ofensivas, podendo o Presidente retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude.
 9. O tempo utilizado pelo Presidente da Assembleia e pelo Presidente da Junta não conta para efeitos dos tempos máximos fixados no n.º 4 do artigo 30º.

Artigo 32º

Protestos e contra-protestos

1. Por cada grupo parlamentar e sobre a mesma intervenção apenas é permitido um protesto.
2. O tempo para protesto é de 2 minutos.
3. Não são admitidos protestos a pedidos de esclarecimentos e às respectivas respostas, bem como a declarações de voto.
4. O contra-protesto tem lugar imediatamente a seguir ao protesto a que respeite e não pode exceder 1 minuto.
5. O tempo previsto neste artigo não conta para efeitos dos tempos máximos fixados no n.º 4 do artigo 30º.

Artigo 33º

Objecto das deliberações

1. Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos.
2. Tratando-se de sessão ordinária, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos membros da Assembleia, pode esta deliberar sobre assuntos não incluídos na Ordem de Trabalhos.

Artigo 34º

Deliberações e votações

1. As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos membros da Assembleia, não contando com as abstenções para o apuramento da maioria.
2. A votação é nominal, salvo quando estejam em causa eleições ou apreciação de comportamentos ou qualidades de

quaisquer pessoas, casos em que a votação se realizará por escrutínio secreto.

3. A Assembleia pode deliberar, por proposta de qualquer membro e se assim se considerar que os interesses em causa serão melhor defendidos, a excepção à regra prevista no número anterior.
4. As declarações de voto serão escritas, a remeter directamente à Mesa, que as poderá ler, se sucintas, e mandará inserir na acta, ou em anexo para o efeito existente.
5. Os membros da Assembleia, incluindo o Presidente e os Secretários da Mesa, poderão abster-se nas votações.
6. A recusa em votar vale como abstenção.
7. O Presidente vota em último lugar.
8. O Presidente tem voto de qualidade, valendo por dois o seu voto em caso de empate em votações por escrutínio nominal.
9. Verificado empate numa votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a sessão seguinte.
10. Se na sessão seguinte o empate se mantiver na primeira votação por escrutínio secreto, proceder-se-á a votação nominal.
11. Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo Presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.
12. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros da Assembleia que se encontrem ou considerem impedidos.
13. As deliberações da Assembleia destinadas a ter eficácia externa são obrigatoriamente publicadas no *Diário da República*, sendo nos restantes casos publicadas no boletim da autarquia, ou em edital afixado nos lugares de estilo, durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação.
14. As deliberações da Assembleia de Freguesia, o texto da minuta da acta, as moções e o Plano de Actividades deverão ser publicados no site da Junta de Freguesia.

Artigo 35º

Defesa da honra e consideração

1. Sempre que um membro da Assembleia de Freguesia ou da Junta de Freguesia considere que, em qualquer intervenção ou apresentação, foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, a Assembleia delibera, por maioria dos votos, pela concessão da palavra ao interessado, por um tempo não superior a 2 minutos, para se defender.

2. De igual tempo dispõe o autor das expressões consideradas ofensivas para se justificar.
3. Quaisquer outras intervenções além das referidas nos números anteriores, com o mesmo fim, deverão ser previamente autorizadas pela Assembleia, por maioria de votos.

Artigo 36º

Actas

1. De tudo o que ocorrer nas reuniões será resumidamente lavrada acta, a qual será elaborada pelo funcionário da autarquia designado, ou, na sua falta, pelos Secretários, devendo ser subscrita e assinada por quem a lavrou e pelo Presidente.
2. O conteúdo da acta deve ser enviado aos membros da Assembleia 15 dias após a realização da Assembleia de Freguesia.
3. Qualquer alteração ao conteúdo da mesma deverá ser apresentada por escrito ao Presidente da Assembleia até um dia antes do início da sessão em causa, sendo por este submetida a votação de forma a, em caso de aprovação, passar a fazer parte integrante da mesma.
4. A acta pode ser aprovada em minuta no final da sessão, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, devendo, neste caso, a minuta ser logo assinada pelos membros da Mesa, contendo a indicação da data, hora e local da reunião, as presenças, o objecto das votações e o seu resultado.
5. As certidões das actas devem ser passadas, independentemente do despacho, pelos Secretários e dentro dos oito dias seguintes à entrada do respectivo requerimento.
6. As certidões das actas podem ser substituídas por fotocópias autenticadas quando o interessado assim o desejar ou sempre que através desse meio possam ser alcançados os mesmos objectivos.
7. Todas as pessoas jurídicas poderão requerer certidões ou fotocópias das actas.

Artigo 37º

Criação de Grupos de Trabalho e de Comissões de Acompanhamento

- 1- A Assembleia de Freguesia pode constituir grupos de trabalho e comissões de acompanhamento para qualquer fim determinado.
- 2- A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo Presidente, pela mesa ou qualquer membro da Assembleia.

Artigo 38º

Constituição dos Grupos de Trabalho e das Comissões de Acompanhamento

- 1- A Assembleia de Freguesia decidirá sobre o número de grupos de trabalho e de comissões de acompanhamento a

constituir para o mandato e a área das respectivas competências.

2- Todos os grupos de trabalho e comissões de acompanhamento devem incluir um representante de cada partido, coligação de partidos, grupo de cidadãos eleitores e deputados com estatuto de independente, sem prejuízo da possibilidade de alguns desses não querer ou não puder indicar o seu elemento, não havendo neste caso, lugar ao preenchimento de vagas.

3- Depois da deliberação referido no nº 1, a presidência fixará prazo dentro do qual os representantes deverão ser indicados.

4- Na sua falta ou impedimento, os membros dos grupos de trabalho e das comissões de acompanhamento podem fazer-se substituir ocasional ou definitivamente, após comunicação à presidência da Assembleia.

Artigo 39º

Competências dos Grupos de Trabalho e das Comissões de Acompanhamento

1- Compete aos grupos de trabalho e comissões de acompanhamento apreciar e pronunciarem-se, se for caso disso, sobre as matérias que lhe sejam submetidas pela Assembleia de Freguesia ou pela Presidência,

2- Os grupos de trabalhos e as comissões de acompanhamento podem requerer ou proceder a quaisquer diligências necessárias ao bom exercício das suas funções, nomeadamente:

- proceder a estudos;
- requerer informações ou pareceres;
- realizar reuniões com entidades externas;
- solicitar a presença de pessoas ou entidades que possam contribuir para o esclarecimento dos assuntos a tratar.

Artigo 40º

Coordenação dos Grupos de Trabalho e das Comissões de Acompanhamento

1- Na primeira reunião de cada grupo de trabalho e de cada comissão de acompanhamento, convocada pela presidência da Assembleia de Freguesia, deverá ser eleito de entre os seus elementos, um coordenador que deverá orientar e coordenar os trabalhos do grupo e comissões de acompanhamento, bem como a elaboração dos respectivos relatórios.

2- Para auxiliar o coordenador deverão ser eleitos dois adjuntos.

Artigo 41º

Reuniões dos Grupos de Trabalho e das Comissões de Acompanhamento

1- As reuniões deverão ser marcadas pelo coordenador com a antecedência mínima de oito dias, com comunicação à presidência da Assembleia de Freguesia.

2- De cada reunião deverá ser lavrada uma acta.

3- As reuniões dos grupos de trabalho e das Comissões de Acompanhamento só deverão realizar-se com a presença da maioria dos seus elementos. Se trinta minutos após a hora marcada para o início da reunião não houver quórum, esta

não se realizará.

Artigo 42º

Relatórios dos Grupos de Trabalho e Comissões de Acompanhamento

- 1- Os grupos de trabalho e as comissões de acompanhamento informam a Assembleia de Freguesia sobre o andamento ou resultados do seu trabalho através de relatórios periódicos ou finais.
- 2- Os grupos de trabalho e as comissões de acompanhamento deverão apresentar até 31 de Dezembro de cada ano, relatório anual da sua actividade para apreciação da Assembleia de Freguesia, na sua primeira sessão ordinária subsequente.

Artigo 43º

Regime aplicável

Os grupos de trabalho e as comissões de acompanhamento deverão ser aprovados pela Assembleia de Freguesia, nos termos do nº 2 do artigo 37º, fixando os termos do seu funcionamento.

Artigo 44º

Serviços de Apoio

Os serviços de apoio à Assembleia de Freguesia serão assegurados pela secretaria da Junta de Freguesia.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 45º

Interpretações

Compete à Mesa, com recurso para a Assembleia, interpretar o presente Regimento e integrar as suas lacunas.

Artigo 46º

Alterações

1. O presente Regimento poderá ser alterado pela Assembleia, por iniciativa de pelo menos um terço dos seus membros.
2. As alterações do Regimento devem ser aprovadas por maioria absoluta do número legal dos membros da Assembleia.

Artigo 47º
Entrada em vigor

1. O Regimento entrará em vigor no momento seguinte ao da sua aprovação.
2. O Regimento será publicado em edital e dele será fornecido um exemplar a cada membro da Assembleia e da Junta de Freguesia.

Leça da Palmeira, 28 de Dezembro de 2017

A Presidente da Assembleia de Freguesia,



(Dr.ª Noémia Pires)

Documento	Estado	Sessão
Regimento	Aprovado	28 de Dezembro de 2017